

Estudos pós-coloniais e história ambiental – contribuições, conexões, aplicações

Natascha Otoyá¹

Abril, 2015

Os estudos pós-coloniais e a história ambiental possuem em suas bases, ainda que de formas distintas, críticas à modernidade como projeto - uma modernidade eurocentrada, confiante na ciência e no progresso, que emanaria de um, ou alguns poucos centros para as periferias mundiais. Diversos autores destas duas linhas de pensamento se debruçaram sobre esta questão para lançar olhares mais inclusivos aos processos históricos dos últimos cinco séculos – por um lado, pensadores pós-coloniais buscam construir narrativas que considerem as formas híbridas que os encontros coloniais geraram; por outro, historiadores ambientais analisam o escopo da ação humana na Terra face à natureza, que em sentido amplo, abrange desde microrganismos unicelulares à planetas, estrelas e galáxias.

Ambas reflexões acabam por redimensionar a *pegada (footprint)* de seres humanos, retirando-lhe a ênfase de uma ação deliberada sempre rumo ao progresso. Paralelamente, tais ponderações chamam atenção para dimensões não contempladas por esta modernidade: os encontros tanto culturais quanto biofísicos – em outras palavras, encontros entre homens e entre homens e o mundo natural. Considerar tais encontros contribui também para borrar duas divisões típicas da modernidade: aquela que opõe colonizador/colonizado ou civilizado/selvagem e outra que separa sociedade e natureza. Assim, este texto pretende: analisar as contribuições de alguns autores destes campos, apontar possíveis conexões entre teorias pós-coloniais e história ambiental e, finalmente, ponderar de que forma este arcabouço teórico pode ser mobilizado na produção historiográfica atual.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ). Agradeço à CAPES pelo auxílio prestado através da bolsa de mestrado.

CONTRIBUIÇÕES

Para melhor compreender a crítica feita por pensadores pós- coloniais como Walter Mignolo e Aníbal Quijano, é necessário definir o que é esta modernidade que eles criticam. Em seu *Manual para (in)expertos*, Catalina Arreaza e Arlene Tickner² apontam alguns traços essenciais da modernidade iniciada na Europa do século XVI: visão antropocêntrica (em oposição ao teocentrismo medieval), ênfase na racionalidade humana, crença na neutralidade e objetividade do conhecimento científico e, talvez mais importante para esta análise, a fé no progresso da espécie humana. Desta perspectiva, a história aparece como “a perfeição progressiva da humanidade e a realização de suas capacidades e projetos” (ARREAZA & TICKNER, 2002, p.16). Estas breves características, um tanto simplificadas, não esgotam a complexidade dos processos históricos da era moderna, no entanto se fazem visíveis em muitos aspectos desta – em especial quando se olha para os encontros que a colonização fomentou.

É pensando neste momento de colonização da América e em seus desdobramentos que Aníbal Quijano³ identifica uma *colonialidade do poder*; segundo o autor, é a primeira vez que se codifica escravidão em raça, transformando de forma duradoura a relação entre escravos e senhores.

Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal (...): os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. (QUIJANO, 2005, p.107)

Outro processo considerado essencial para este novo padrão de poder é a emergência de um mercado mundial. Para Quijano a combinação destes dois fatores – a criação de um mercado consumidor em larga escala e a caracterização de diferenças fenotípicas em raça – possibilitou a consolidação de uma racionalidade específica: o eurocentrismo. É a partir da ideia de uma Europa como centro que se pode enxergar a colonialidade do poder; negros e índios, agora vistos como biologicamente inferiores, poderiam ocupar o degrau mais baixo na cadeia de mercado que a expansão atlântica estava ajudando a consolidar. O autor destaca que a relação

² Catalina Arreaza y Arlene B. Tickner. *Postmodernismo, postcolonialismo y feminismo: manual para (in)expertos*. Revista Colômbia Internacional No 54 Enero – Abril de 2002 Páginas: 14 - 98

³ Aníbal Quijano. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. IN: A colonialidade do saber.

entre estes dois processos não é de consequência ou dependência, mas sua coetaneidade lhes permitiu se desenvolverem de forma interconectada e potencializou seus efeitos.

Desta perspectiva, a Europa surge como centro – por um lado, o foco de todo o comércio feito através do Atlântico; por outro, lar de uma raça superior. A proposta de Quijano para subverter este eurocentrismo é também uma proposta de revisão epistemológica mais ampla: pensar-se Latino Americano para além da herança desta modernidade eurocêntrica. Isso significa revisitar a história desta parte do mundo de um ponto de vista distinto e analisar os processos históricos aqui ocorridos sem este “espelho que distorce o que reflete”:

Quer dizer, a imagem que encontramos nesse espelho não é de todo quimérica, já que possuímos tantos e tão importantes traços históricos europeus em tantos aspectos, materiais e intersubjetivos. Mas, ao mesmo tempo, somos tão profundamente distintos. Daí que quando olhamos nosso espelho eurocêntrico, a imagem que vemos seja necessariamente parcial e distorcida. (QUIJANO, 2005, p.118)

Assim, Quijano nos convida à descolonizar a experiência histórica da América. Para ele, a própria ideia de Europa como unidade geográfica e cultural, só foi possível a partir da oposição à América; ou seja, sem o encontro colonial que aconteceu deste lado do Atlântico, a Europa não teria emergido como local privilegiado para onde fluíam as riquezas retiradas daqui. Este é um ponto central da reflexão de Quijano: antes da expansão atlântica não existia Europa, ela foi sendo definida pelo intercâmbio ocorrido neste processo e fundamentado nos dois eixos já citados – a ideia da superioridade de uma raça e o controle de um mercado em expansão:

Uma região historicamente nova constitua-se como uma nova id-entidade geocultural: Europa, mais especificamente Europa Ocidental. Essa nova id-entidade geocultural emergia como a sede central do controle do mercado mundial. (QUIJANO, 2005, p.109)

O notável, afirma Quijano, é que esta identidade que europeus criaram para si tenha sido tão pervasiva a ponto de se expandir para além da América e categorizar povos de diversas partes do mundo entre europeus e não-europeus. A pretensão europeia de ser protagonista de avanços intelectuais, científicos e culturais escamoteia tanto a própria história de uma região durante séculos dominada pelo ‘feudalismo e seu obscurantismo cultural’, quanto todos os avanços intelectuais, científicos e culturais de outros povos e civilizações anteriores e contemporâneos ao processo de centralização da modernidade em um único lócus.

Assim, pensar em uma América que não é definida por seu ‘atraso’ em relação à Europa e nem aparece como terra de povos ‘inferiores’ e ‘dominados’ é negar esta poderosa construção cultural que é a modernidade eurocêntrica, ao mesmo tempo em que se empreende uma revisão epistemológica da história; é adotar uma nova perspectiva sobre a passagem do tempo e a experiência histórica e redefinir o lugar de onde se conta sua própria história: “*trata-se da mudança do mundo como tal*. Este é, sem dúvida, o elemento básico da nova subjetividade: *a percepção da mudança histórica*.” (QUIJANO, 2005, p. 113). Este giro teórico desnudaria a colonialidade do poder como eixo que organiza, até o presente, os diferentes atores envolvidos nos processos históricos desde o primeiro encontro colonial.

De forma similar à Quijano, Walter Mignolo propõe que a colonialidade não é uma consequência da modernidade como pode parecer na escrita de uma história eurocentrada; ao contrário, afirma ele, “a colonialidade é constitutiva da modernidade, e não derivativa”; diz ainda que “o horizonte colonial das Américas é fundamental, senão fundacional, do imaginário do mundo moderno” (MIGNOLO, 2005, p.36/38). A oposição entre uma Europa moderna e uma América colonial foi constituída em um mesmo processo – sem a exploração da colonização que aqui ocorreu, não seria possível conceber a modernidade que os europeus inventaram pra si.

Mignolo se aproxima também do pensamento de Nestor Canclini, cuja proposição para compreender a experiência colonial é a da formação de culturas híbridas – que não são nem reflexos nem transplantes importados da Europa, mas sim formas distintas de vivenciar a modernidade. Canclini recusa a história que enxerga atraso na modernidade latino-americana considerando-a apenas “um eco tardio e deficiente dos países centrais” (CANCLINI, 2000, p.71). Ao invés disto, o autor sugere que é preciso lançar um olhar que tome os países latino-americanos como formações híbridas, “resultado de uma sedimentação, justaposição e entrecruzamento de tradições indígenas (...), do hispanismo colonial católico e das ações políticas educativas e comunicacionais modernas” (CANCLINI, 2000, p.73) – em outras palavras, uma visão que conjuga as diversas temporalidades que estão em jogo quando se analisa a experiência história de um país latino-americano, onde a modernização não necessariamente substitui o tradicional ou antigo, criando o que Canclini chama de *heterogeneidade multitemporal*. Considerar a multiplicidade de temporalidades é essencial para

que se construa uma teoria “livre da ideologia do reflexo” – para Canclini somente uma teoria assim daria conta de interpretar a hibridez da experiência histórica latino-americana⁴.

Avançando nesta posição, Mignolo defende que as teorias pós-coloniais devem ir além do sentido estritamente histórico para se transformar em lócus de enunciação diferencial que possa tanto mudar a visão de processos históricos quanto contrapor o conceito moderno de produção de conhecimento, apontando não apenas para novas explicações e descrições, mas também para um novo lugar do sujeito cognescente, ator protagonista e autoconsciente de sua própria história. Mignolo pondera que as próprias divisões das ciências sociais são consistentes com a divisão do mundo forjada na modernidade eurocêntrica: para o primeiro mundo, economia, sociologia, ciência política; para o terceiro, antropologia. Desta forma, a produção de conhecimento considera não-europeus apenas como objetos de estudo, incapazes de produzir por si próprios conhecimento científico e teórico por serem atrasados, obscuros e comprometidos ideologicamente de uma forma ou outra⁵.

Novos limites epistemológicos – esta parece ser a mensagem de muitos destes autores. Um pensar pós-colonial inaugura um novo lócus de enunciação e produção de conhecimento e desafia a ideia de modernidade urdida na Europa. Desta perspectiva, cai por terra a crença no progresso da humanidade onde a passagem do tempo é sempre e necessariamente um avanço em direção à um futuro mais civilizado, uma escada que leva da barbárie à civilização, com a Europa convenientemente colocada um mais alto degrau. O progresso propagado por este ideal de modernidade se dá em grande medida através do avanço científico: invenções, descobertas, máquinas – para melhorar a qualidade de vida e trazer o conforto de ser civilizado. A poluição do ar, contaminação dos rios e mares, a queima de combustíveis fósseis, o desmatamento das florestas, o descarte de plásticos são efeitos colaterais dos quais mais avanços científicos certamente darão conta – a crença na isenção e imparcialidade da produção de conhecimento científico é também um dos aspectos mais perenes da modernidade.

É deste conhecimento que trata Bruno Latour ao afirmar que nenhuma produção científica pode ser considerada isenta tampouco desconectada de outros aspectos da vida em sociedade. O autor pondera que a repartição estabelecida pela modernidade entre ciência,

⁴ Nestor Canclini. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 2000

⁵ Walter Mignolo. *La razón postcolonial: herencias coloniales y teorías postcoloniales*. Revista Chilena de literatura, 47, novembro 1995.

política, economia, direito, religião é inteiramente artificial: o projeto da modernidade não foi, nem poderia ter sido levado à cabo, e a artificialidade de suas divisões ajuda a desnudar esta impossibilidade. Em uma provocação, Latour sugere que se estude comunidades científicas da mesma forma que a antropologia aborda tribos distantes: para um etnólogo, é perfeitamente plausível “juntar em uma mesma monografia os mitos, etnociências, genealogias, formas políticas, técnicas, religiões, epopeias e ritos dos povos que estuda” (LATOURE, 1994, 12), por que então isso não é feito quando se estuda a camada de ozônio, para usar o exemplo citado pelo autor?

Nós também temos medo que o céu caia sobre nossa cabeça. Nós também relacionamos o gesto ínfimo de pressionar um aerossol a interdições que envolvem o céu. Nos também devemos levar em conta as leis, o poder e a moral para compreender o que nossas ciências dizem sobre a química da alta atmosfera. (LATOURE, 1994, p.12)

Vista por este prisma, a imparcialidade científica não está dada, uma vez que incidem sobre o campo tantos outros aspectos indissociáveis à sua produção. Assim, a separação das áreas do conhecimento – tão cara à modernidade – aparece como um problema a ser transposto. A proposta de Latour para unir as esferas que a modernidade separou é a noção de rede: “mais flexível que a de sistema, mais histórica que a de estrutura, mais empírica que a de complexidade, a rede é o fio de Ariadne destas histórias confusas” (LATOURE, 1994, p.9).

A ideia de rede em si não é estranha à historiografia, mas a teoria formulada por Latour agrega uma novidade: as redes de que fala conectam não apenas homens e campos de produção de conhecimento, como também são incluídas nelas atores não-humanos; coisas, espaços e ambientes tanto em estado natural quanto transformados pela ação humana. Uma rede assim concebida poderia dar conta destas “misturas entre gêneros de seres completamente novos, híbridos de natureza e cultura” pois ela “conectaria em uma cadeia contínua a química da alta atmosfera, as estratégias científicas e industriais, as preocupações dos chefes de Estado, as angústias dos ecologistas” (LATOURE, 1994, p.14). Nota-se que a hibridez de que fala Latour é distinta e, de certa forma, mais radical do que a noção de *culturas* híbridas – não são apenas humanos que são transformados ao encontrar-se; a natureza é o lugar onde somos, onde existimos e portanto a separação entre sociedade e natureza deixa de fazer sentido. Latour propõe uma reflexão que vai além da participação humana na história: “Seria necessária uma outra democracia? Uma democracia estendida as coisas?” (LATOURE, 1994, p.17).

Neste sentido, pode-se pensar a própria experiência histórica como híbrida – ela conjuga o físico, o biológico, o social, o cultural, a linguagem. Desta perspectiva, a história ambiental coloca *toda* a ação humana imersa na natureza. José Augusto Pádua argumenta que análises sobre processos históricos devem ser feitas de forma aberta e interativa, levando em consideração esta questão central: todas as situações históricas apresentam interações entre o biofísico, o social e o cultural⁶. Para ele, esta é a palavra-chave: interação. Isto não equivale à dizer que esta prática historiográfica adote uma visão *holística* da história, mas aponta para uma integração de todos estes elementos em uma rede, em consonância com a ideia de Latour. Tal visão amplia os horizontes epistemológicos ao romper com o dualismo moderno homem / natureza.

Outra mudança em termos de epistemologia emerge a partir desta proposição: a necessidade de um diálogo entre as ciências sociais e a ciências naturais. Neste contexto, as ciências da natureza já não podem ser enxergadas em sua versão moderna de detentoras de um conhecimento imparcial e universal. As contingências da produção deste conhecimento devem ser levadas em consideração. Esta posição mais aberta das ciências naturais pode fazer convergir a história humana com outras histórias: cosmológica, biofísica, geológica. O mundo natural desponta como “algo em permanente construção e reconstrução ao longo do tempo, distante da visão tradicional de uma realidade pronta e acabada, que serviria de referencial estável para a agitação do viver humano” (PÁDUA, 2010, p.88). Esta posição inclusiva da história ambiental põe em relevo as conexões entre as diversas temporalidades presentes na ação humana e sua interação com o mundo físico.

Considerar a *materialidade* da vida é essencial nesta nova epistemologia. É assim que Alfred Crosby busca retrair a história da aventura humana em busca de energia em seu livro *Children of the sun*. Logo de início, o autor chama a atenção – “a civilização moderna é produto de uma farras energética” e alerta: “farras geralmente terminam em ressaca”.

Temos respondido com sucesso ao desafio da energia em diversas ocasiões com avanços como a invenção da agricultura e a criação do motor a vapor. Mas o apetite insaciável do homem por energia torna as soluções efêmeras e o desafio permanente. (CROSBY, 2006, p. XIV)

⁶ José Augusto Pádua. *As Bases Teóricas da História Ambiental*. IN: Estudos Avançados

Crosby nos leva ao Paleolítico Superior para investigar como a domesticação do fogo e a habilidade de cozinhar – elencadas por ele como as primeiras formas de obtenção de energia utilizadas pelo homem – começaram a distinguir nossos ancestrais de outras espécies. Avaliada como uma inovação sem precedentes, a habilidade de cozinhar é descrita por Crosby como

(...) universal à nossa espécie. Nenhum explorador jamais achou uma sociedade humana que não cozinhasse. Cozinhar é inequivocamente mais característico de nossa espécie do que a linguagem. Animais podem ao menos latir, rugir, gorjear, emitindo sinais sonoros; somente nós assamos, torrmos e fritamos. (CROSBY, 2006, p.13)

Dois fatores são interessantes nesta análise: em primeiro lugar, a interação biofísica fica muito clara, não se pode ignorar a materialidade do fogo e da carne queimando nele. Além disso, apontar traços distintivos da espécie humana não significa, para Crosby, colocar o homem no topo de uma cadeia evolutiva, senhor das plantas e animais; ao contrário, o autor pondera que depois do fogo, o advento da agricultura (que para ele engloba a domesticação tanto de plantas quanto de animais) é um exemplo muito bem acabado de como humanos e outros organismos *convergiram* em propósito e efeito.

Quando pensamos em domesticação, temos a impressão que este é um simples processo onde homens domam a natureza. Crosby sustenta, no entanto, que tal definição é “demasiado lisonjeira para nós seres humanos” (CROSBY, 2006, P.27); a ideia de uma espécie humana que convergiu com outras espécies tira-lhe o protagonismo e a reposiciona nesta rede de interações que é a história. Para ele, plantas e animais tiveram papel decisivo no desenvolvimento da agricultura; por outro lado, a participação humana não foi tanto de intencionalidade racional quanto de “aceitação e exploração de acidentes fortuitos” (CROSBY, 2006, p.29). “Humanos não foram os líderes, mas apenas participantes no drama das primeiras domesticações”. (CROSBY, 2006, 32)

Despojar a humanidade de seu papel de ator principal é um dos desdobramentos da abordagem ambiental da história; ao reelaborar o escopo da ação humana, este enfoque deixa visível que as bases biológicas e físicas da existência são intransponíveis ao mesmo tempo em que aponta para as grandes zonas que seguem imponderáveis no estudo da história. Não há necessariamente uma razão definida para mudanças e interações; o devir da história parece contradizer a proposição moderna de uma racionalidade humana orientada pela seta do progresso e do avanço em uma direção previamente definida.

Assim, a história da busca pela energia contada por Crosby é descontínua, nem sempre deu certo, teve avanços e retrocessos, encontros e descobertas e foi marcada pelo que ele chama de *saltos quânticos de mudança*: momentos definitivos onde humanos responderam criativamente ao desafio de prover e aumentar a quantidade de energia necessária para seu desenvolvimento – a domesticação do fogo e a invenção do motor à vapor são talvez os melhores exemplos. A chave para a compreensão destes processos não é a racionalidade e a genialidade do indivíduo moderno; é a percepção de que há um continuum entre a física, a biologia e a cultura que não segue obrigatoriamente uma temporalidade histórica – a experiência híbrida da vida humana na Terra é mais de expansão por saltos do que progresso linear.

Há, no entanto, um limite para as interações entre seres humanos e o mundo natural: a destruição do próprio ambiente. Esta é, em grande medida, uma consequência do último salto quântico dado pela humanidade em sua busca por mais energia – o uso de combustíveis fósseis. Desde que começamos a queimar carvão – e depois petróleo, gás natural e, mais recentemente, gás de xisto – temos interferido de forma sem precedentes na estrutura do planeta. Para dar nome à época em que vivemos, Paul Crutzen cunhou o termo *antropoceno* – o tempo em que a humanidade está de fato sendo vetor de mudanças em nível planetário. O antropoceno pode ser tomado como resultado da razão moderna; decorre deste protagonismo do homem, que se crê dotado de uma racionalidade científica, firme na crença de que a passagem do tempo só pode trazer desenvolvimentos positivos para a espécie humana – que, desta perspectiva, está no topo de uma cadeia evolutiva e portanto tem direito sobre tudo mais que se encontra no mundo.

A farra energética anunciada por Crosby está no cerne do antropoceno. A dependência de combustíveis fósseis ameaça outras interações – da alta atmosfera às profundezas do oceano, o homem que se enxerga fora deste continuum segue afetando todas estas esferas:

Carvão, petróleo e gás natural são produtos finais de uma imensidade de exploração de luz do sol via fotossíntese por períodos de tempo [que devem ser] medidos pelos mesmos calendários usados para o movimento tectônico das placas continentais. Estamos vivendo de um legado de combustíveis fósseis de épocas anteriores a humanidade, anteriores até aos dinossauros. (CROSBY, 2006, 62)

Estes “raios de sol fossilizados” nos fazem perceber a multiplicidade de temporalidades que existem no planeta, muito além do tempo humano; muito além do tempo de existência de

toda a humanidade. Fazer uso indiscriminado destas fontes sem considerar o impacto destas ações na rede em que estamos imersos só faz sentido de um ponto de vista que crê que mais avanços científicos poderão dar conta de nos salvar das mudanças que estamos ajudando a pôr em curso; que acredita que o padrão de vida do início do século XXI é fruto de um progresso positivo de três séculos de exploração destas fontes; que superestima a capacidade de resiliência tanto da própria espécie quanto do planeta. O antropoceno desnuda também a húbri humana, essa desmesura daquele que não consegue perceber seu lugar em uma rede mais ampla. Ao colocar o homem fora – ou pior, acima – do mundo natural, a divisão moderna entre natureza e sociedade fomenta a arrogância que pode, potencialmente levar ao desastre.

CONEXÕES

É possível estabelecer diversas articulações entre os campos teóricos da pós-colonialidade e da história ambiental, como pode ser percebido ao longo das contribuições até aqui analisadas. Algumas delas estão aqui sugeridas:

- **Revisão epistemológica da modernidade**

A primeira ponte que se pode construir entre as teorias é a proposta de uma revisão da produção de saberes baseada no paradigma da modernidade. A teoria pós-colonial reivindica um novo lugar de enunciação e novos sujeitos históricos, muitos deles excluídos das narrativas da modernidade. Ao questionar a divisão de mundo que classifica comunidades humanas entre selvagens/civilizadas ou avançadas/atrasadas, o pós-colonialismo tem como objetivo derrubar tais categorias criadas unilateralmente ao mesmo tempo em que propõe novas balizas para a escrita de uma história que não veja as diferenças entre grupos em termos de atraso e progresso.

Colocar abaixo divisões da modernidade também é um dos pilares da história ambiental. Aqui, a questão é a separação entre sociedade e natureza – que aliás guarda muitas semelhanças com a separação entre selvagens (aqueles que vivem na natureza) e civilizados (aqueles que vivem em sociedade). Para o ser humano, um novo lugar – a proposta é reinserir a ação humana na natureza, que não mais aparece apenas como pano de fundo estático para o desenrolar da atividade do homem, revelando-se parte intrínseca da experiência histórica.

- **Ciência e progresso**

Um caminho para equalizar este rompimento de paradigmas proposto por ambas correntes pode ser o reexame de um aspecto bastante caro à modernidade: a fé na ciência e no progresso humano. Questionar as contingências da produção científica e colocar em relevo seus entrelaçamentos sociais, econômicos, políticos é, como afirma William Cronon, compreender que todo conhecimento científico é culturalmente construído e historicamente contingente – inclusive o nosso. Reconhecer tal caráter não implica negar a existência objetiva do mundo ao redor, mas ter em conta que a produção de conhecimento humano é sempre necessariamente mediada por crenças, culturas, estruturas e instituições (CRONON, 1993, p.14). Estas mediações também são questionadas pelo pós-colonialismo que visa desnudar a pretensão de isenção e imparcialidade do conhecimento científico, que foi amplamente utilizado para legitimar opressões aos povos cientificamente classificados como inferiores.

Assim como a ciência, a noção do progresso humano passa por uma dupla revisão: de uma perspectiva descolonial, o progresso técnico às custas da opressão de populações subalternas não pode representar avanço para humanidade como um todo; já a abordagem ambiental da história expõe o quanto de acaso e descontinuidade existe na interação humana com o ambiente – a racionalidade moderna que enxerga a passagem do tempo como a realização das potencialidades humanas elide também fatores fundamentais desta interação: o esgotamento de recursos naturais, a dependência de fontes de energia não-renováveis, a poluição em escala global. Todas consequências da fé no progresso inevitável da espécie autointitulada dominante do planeta.

Ambas escolas parecem apontar para a necessidade de reelaboração da noção de progresso. O progresso da modernidade tem como agentes exclusivos as sociedades civilizadas e, nesta visão cindida do mundo, não há espaço para as realizações técnicas nem culturais de outras partes, que são vistas fatalmente como atrasadas. Neste cenário, o progresso também se faz às custas da natureza. A posição deste homem moderno, que se pretende superior a outros homens e acima da materialidade do mundo natural, é insustentável e acaba por inaugurar a era do antropoceno. O desafio parece ser equacionar a manutenção do estilo de vida *civilizado* com a conservação da própria existência.

- **Hibridismo e multiplicidade temporal**

A hibridez da experiência histórica aparece em ambas reflexões. Por um lado, o pós-colonialismo classifica como híbridas as culturas marcadas por encontros coloniais; por outro, a perspectiva ambiental agrega o biofísico ao social e cultural para refletir sobre processos históricos, dando-lhes também um caráter híbrido. Apesar do termo ser recorrente nos escritos das duas linhas, ele não pode ser visto como equivalente. As duas, no entanto, apontam para uma atenção maior aos entrecruzamentos e sobreposições que marcam o devir histórico da humanidade; sejam eles em termos culturais ou, como quer Latour, conectando cultura e natureza.

Parte desta hibridez é dada pelas múltiplas temporalidades presentes nestas culturas – onde o antigo e o moderno convivem lado a lado. São premissa importante para os estudos pós-coloniais e elementos constitutivos das culturas híbridas – multiplicidade que pode ser vista como chave para uma interpretação histórica livre da noção de atraso. Estas temporalidades, no entanto, só dão conta da escala da vida humana e uma radicalização deste conceito é empreendida pela história ambiental ao considerar também a idade da Terra. Desta visão, surgem reflexões importantes sobre o que significa, por exemplo, o uso de fósseis multimilenares no dia-a-dia contemporâneo, onde a temporalidade humana entrecruza-se com o tempo geológico em um processo híbrido e multitemporal.

- **Comprometimento com o presente**

A história ambiental surge como disciplina na década de 1970: nas palavras de Donald Worster, ela nasceu de “um objetivo moral, tendo por trás fortes compromissos políticos” (WORSTER, 1991, p.199). Com isto o autor quer dizer que, ao produzir trabalhos que colocassem em relevo o papel da natureza como agente e presença na história dos homens, os primeiros pesquisadores refletiam criticamente sobre as implicações contemporâneas da exploração de recursos naturais e dos demais intercâmbios homem/natureza. Assim, a história ambiental está inextricavelmente ligada aos movimentos ambientalistas que emergiram na mesma época e, em sua gênese, fez parte deste momento de reavaliação e reflexão.

William Cronon também pondera sobre o tema do engajamento nas produções do campo, ao dizer que muitos historiadores ambientais querem “que suas histórias sejam úteis não apenas para nos ajudar a compreender o passado, mas também nos ajudar a mudar o futuro”. (CRONON, 1993, p.7)

A afirmação de Cronon encontra eco na proposta de Maldonado Torres para a implementação de uma disciplina de Estudos Descoloniais – as ciências descoloniais, diz ele, tem como objetivo produzir reflexões que possam “abrir caminhos conceituais e institucionais” para a superação das divisões criadas pela colonização. Em um texto, cujo subtítulo é *Os estudos étnicos como ciências descoloniais ou para a transformação das humanidades e das ciências sociais no século XXI*, o autor convida intelectuais e estudantes à iluminar com suas reflexões as novas formas de colonialismo e opressão do presente. Fica nítido que a intenção da produção intelectual de uma disciplina assim idealizada extrapola o âmbito acadêmico ao revelar seus compromissos políticos e seu anseio por mudanças.

APLICAÇÕES

Em seu livro *States of Nature – science, agriculture and the environment in the Spanish Caribbean, 1760-1940*, Stuart McCook tece uma reflexão sobre a formação do campo científico no Caribe espanhol dos séculos XVIII ao XX. Seu enfoque aborda a criação de laboratórios experimentais de estudos agrícolas que produziam pesquisas sobre as grandes plantações da região: café, açúcar, tabaco, frutas. A hipótese de McCook é da formação de um campo que ele classifica como *ciência crioula*. Os estudos, experimentos, descobertas e avanços feitos por cientistas em Porto Rico, Cuba e Costa Rica são analisados de forma a deixar visíveis as interações entre cientistas estrangeiros e locais, grandes fazendeiros, grupos políticos rivais, camponeses e, claro, as plantas que interessavam todos estes grupos de formas muito distintas.

Ao recuperar o ambiente político, os conflitos de independência, as relações – em geral, tumultuosas – com os EUA, as questões da propriedade da terra e também as pragas e doenças que afligiam as lavouras, McCook sugere que a produção científica destes laboratórios refletia muitos destes conflitos de interesse tanto quanto as descobertas e avanços propriamente ditos. Estes entrelaçamentos, as relações conflituosas entre cientistas nacionais e estrangeiros, grandes produtores exportadores e camponeses, as escolhas de que lavouras seriam estudadas são, para o autor, indissociáveis do processo de produção de conhecimento acerca do açúcar, café, tabaco e das frutas tropicais produzidas na região.

Analisada desta forma, esta produção científica expõe seu caráter híbrido e por isso o autor à classifica como crioula. A proposta do autor deixa transparecer diversas das conexões

elencadas entre os campos da história ambiental e das teorias pós-coloniais. McCook aponta tanto para as incidências de outras esferas na produção do conhecimento científico quanto para a hibridez da experiência desta produção, sem perder de vista as interseções entre natureza, ciência, política, economia, nacionalismo. Seu livro é categorizado como história ambiental mas tem fortes conexões com os estudos pós-coloniais.

The ecology of oil – environment, labor and the Mexican Revolution 1900-1938, trabalho produzido por Myrna Santiago também segue essas influências. A autora investiga a exploração de petróleo no México, o cenário revolucionário e questões de trabalho traçando as redes que ligam o ambiente – e as transformações sofridas durante a exploração – a revolução mexicana, as grandes corporações estrangeiras e a experiência de trabalhadores de diversos setores da indústria petrolífera. O foco da análise é compreender como cada um destes grupos concebia e experimentava a natureza. A transformação da paisagem, que no começo do século XX era uma frondosa floresta tropical, em centenas de torres queimando óleo e escurecendo o céu é vista de distintas maneiras: os engenheiros viam nesta transformação o advento do progresso e da modernização do país; os trabalhadores que, embrenhados na mata e expostos a precárias condições de trabalho e doenças tropicais, enxergavam a floresta como um *inferno verde*; a população indígena que se viu despojada de sua terra e lutava por reparação; a Revolução Mexicana ampliou as tensões entre os diversos grupos.

Estes trabalhos são bons exemplos de como as questões levantadas pelas duas teorias aqui analisadas podem ser mobilizadas na reflexão historiográfica para produzir trabalhos que considerem as ações humanas em seus entrelaçamentos com o mundo natural – que, por sua vez, podem ser tanto físicos quanto projeções imaginárias e/ou ideológicas, sendo na maior parte das vezes uma combinação de ambos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARREAZA, Catalina & **TICKNER**, Arlene. *Postmodernismo, postcolonialismo y feminismo: manual para (in)expertos*. Revista Colômbia Internacional No 54, p. 14 – 98 Janeiro – Abril, 2002

CANCLINI, Nestor. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 1998

CROSBY, Alfred. *Children of the sun*. Nova Iorque: WW Norton, 2006

CRONON, William. *The Uses of Environmental History*. IN: Environmental History Review 17.3 p.1-22, Fall 1993.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos – ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

MCCOOK, Stuart. *States of Nature – science, agriculture and the environment in the Spanish Caribbean, 1760-1940*. Austin: University of Texas Press, 2002.

MALDONADO-TORRES, Nelson. *Pensamento crítico desde a subalternidade: os estudos étnicos como ciências descoloniais ou para a transformação das humanidades e das ciências sociais no século XXI*. IN: Revista Afro-Ásia, No.34, p.105-129, 2006.

MIGNOLO, Walter. *La razón postcolonial: herencias coloniales y teorías postcoloniales*. Revista Chilena de literatura, No. 47, novembro 1995.

_____. *A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade*. IN: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Coleccion Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires. 2005.

PÁDUA, J. Augusto. *As Bases Teóricas da História Ambiental*. IN: Estudos Avançados, v. 24, No. 68, p. 81-101, 2010.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. IN: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Coleccion Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires. 2005.

SANTIAGO, Myrna. *The ecology of oil – environment, labor and the Mexican Revolution 1900-1938*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2006.

WORSTER, Donald. *Para fazer história ambiental*. IN: Revista Estudos Históricos, América do Norte, 4, dec. 1991.